

ARTIGO

O GOVERNO DE NICOLÁS MADURO RESISTE: UM DIÁLOGO CRÍTICO COM O MODELO DE QUEDAS PRESIDENCIAIS PROPOSTO POR ANÍBAL PÉREZ-LIÑÁN

Resumo:

Neste artigo, estabelecemos um diálogo crítico com o modelo de análise de quedas presidenciais criado por Aníbal Pérez-Liñán à luz do caso venezuelano atual: a crise política pela qual o governo de Nicolás Maduro atravessa. O objetivo é discutir por que a análise bidimensional proposta pelo autor é insuficiente para compreender a complexidade desse caso. Para isso, fizemos uma análise multidimensional, com base no conceito de endogeneidade formulado por Robert Franzene Jr., a fim de examinar quais são as ameaças à manutenção de Maduro no poder e quais são os escudos que o protegem, analisando as seguintes variáveis: o legislativo, os protestos de rua, as instituições de justiça e as forças armadas. Adicionalmente, investigamos as estratégias do Executivo e dos grupos opositores diante do acirramento dos conflitos.

Palavras-chave: Nicolás Maduro; Pérez-Liñán; queda presidencial.

Abstract:

In this article, we establish a critical dialogue with the model of analysis of presidential falls created by Aníbal Pérez-Liñán in the light of the current Venezuelan case: the political crisis through which the government of Nicolás Maduro is going through. The objective is to discuss why the two-dimensional analysis proposed by the author is insufficient to understand the complexity of this case. To this end, we made a multidimensional analysis, based on the concept of endogeneity formulated by Robert Franzene Jr, in order to examine what are the threats to Maduro's hold in power and what are the shields that protect him, analyzing the following variables: the legislature, street protests, justice institutions and the armed forces. In addition, we investigated the strategies of the Executive and the opposing groups in the face of the intensification of conflicts.

Keywords: Nicolás Maduro; Pérez-Liñán; presidential fall.

* Mestre e doutorando em Ciência Política pelo Instituto de Estados Sociais e Políticos (Iesp) da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Bolsista do CNPq. E-mail: jeffersonlnascimento@iesp.uerj.br

Introdução

O presente artigo resulta de pesquisa para dissertação de mestrado sobre como a ciência política interpreta as crises políticas e sociais que atingem países latino-americanos ao longo dos séculos XX e XXI. É a partir destes diferentes resultados das crises que alguns pesquisadores elaboram hipóteses para tentar explicar porque alguns mandatários caem e outros não. Um dos cientistas políticos mais célebres nessa área é Aníbal Pérez-Liñán e seu trabalho sobre o que ele chama de “instabilidade presidencial”.

De acordo com o modelo de análise de quedas presidenciais proposto por Pérez-Liñán (2014), as pesquisas sobre esse tema deveriam ser conduzidas no sentido de examinar quais são as “ameaças” ao mandatário e quais são os “escudos” que o protegem. O autor propõe uma análise bidimensional com o intuito de perceber a “interação dialética” entre duas variáveis: os protestos de rua e a política interna do Congresso. Segundo o autor, a ação dos movimentos sociais é a maior fonte de instabilidade política, mas os seus efeitos são mediados pela lealdade ou não dos legisladores. No entanto, a iniciativa de derrubar o presidente pode partir também do Congresso, criando um cenário de crise presidencial.¹

Na Venezuela, o governo de Nicolás Maduro, iniciado em 2013, vem sofrendo intensa pressão dentro e fora do país, que visa a removê-lo do poder. Tais ameaças já existiam no governo de seu predecessor e correligionário, Hugo Chávez, que chegou a ser derrubado em 2002, retornando ao poder 48 horas depois.² No caso de Maduro, esse tipo de conflito político se intensificou a partir de 2014 em virtude, sobretudo, do agravamento da crise econômica e do aumento do descrédito em relação ao sistema político.

Neste artigo, o objetivo é discutir a hipótese de que, devido à complexidade do caso venezuelano, não poderíamos analisá-lo em profundidade usando o modelo bidimensional proposto por Pérez-Liñán, uma vez que há outros vetores atuando para que Maduro se mantenha no poder, a despeito das ameaças. Dito de outro modo, se investigássemos apenas o Congresso e os protestos de rua, o resultado da pesquisa não seria suficiente para explicar por que Maduro se mantém no cargo.

Por conseguinte, optamos por adotar uma abordagem multidimensional, que engloba outras variáveis que não somente as duas a que Pérez-Liñán se refere,

1 O autor define “crise presidencial” como sendo o “extremo conflito entre o executivo e o legislativo no qual um dos lados busca a dissolução do outro” (PÉREZ-LIÑÁN, 2007, p.7).

2 Naquela ocasião, Chávez ficou preso, mas retornou à presidência depois de intensa pressão popular e apoio de parcela expressiva dos militares.

produzindo, assim, uma análise mais matizada do objeto de estudo. O intuito é analisar a “endogeneidade” entre as variáveis, tal como propõe Franzene Jr. (2007). Segundo o autor, é preciso levar em conta o fato de que, em fenômenos multicausais, é impossível separar de maneira estanque o que é causa e o que é efeito. Uma mudança em uma variável X pode causar mudanças numa variável Y, que pode incidir em modificações na variável X e até mesmo nas outras variáveis, estabelecendo uma cadeia contínua de ações e reações (FRANZENE JR., 2007, p.61). Uma atitude hostil das Forças Armadas ao governo, por exemplo, provocará uma reação por parte deste, procurando, possivelmente, limitar a atuação daquelas. A partir daí, a tendência é que os militares se articularem para defender seus interesses, desencadeando uma série de disputas, que pode inclusive atrair outros atores como o Judiciário, o Legislativo, os movimentos sociais etc.

À luz desse debate metodológico, nossa análise lança mão das duas variáveis propostas por Pérez-Liñán, mas adicionamos outras duas para produzir uma análise mais matizada do objeto de estudo. Portanto, além de investigar (1) a atuação do Parlamento e (2) o impacto dos protestos de rua para a crise política, vamos analisar (3) o papel das instituições de Justiça e (4) das Forças Armadas. Adicionalmente, discutiremos as estratégias do Executivo diante do acirramento dos conflitos e as estratégias dos principais partidos que fazem oposição ao governo. Nossas fontes de pesquisa foram matérias jornalísticas e textos acadêmicos e o período analisado é de abril de 2013, quando Maduro assume a presidência, a abril de 2019, quando ocorre a Operação Liberdade, tentativa mais ousada da oposição para derrubar Maduro.

O artigo está dividido em cinco seções, incluindo esta Introdução. Na próxima, discutiremos o percurso dos primeiros anos de governo, dando destaque ao recrudescimento das ameaças populares, que resultou na eclosão do ciclo de protestos de 2014 e a perda do escudo parlamentar ao final de 2015, fato que modificou significativamente a correlação de forças existente.

Na terceira seção, o objetivo será debater a atuação do Judiciário para mitigar o ímpeto do Legislativo em derrubar o presidente e as estratégias do Executivo para proteger Maduro, diante do cenário de agravamento da crise institucional, da crise econômica e da eclosão da segunda onda de protestos, em 2017. Já a seção quatro abordará a importância do escudo militar para conter as investidas feitas por grupos opositores, entre agosto de 2017 e abril de 2019, com o intuito de retirar o presidente do poder. Por fim, retomaremos a hipótese inicial e teceremos algumas conclusões finais.

Da eleição de 2013 à derrota massiva no Legislativo em 2015

A chegada de Nicolás Maduro à presidência ocorreu um momento bastante turbulento para a Venezuela. Além do falecimento de Hugo Chávez, um importante líder carismático que governou o país por 14 anos, a Venezuela passava por uma intensa crise econômica, com a queda vertiginosa do preço do petróleo, que fez aumentar a pressão do mercado financeiro para que se adotassem medidas de contenção de gastos (CAMPELLO, 2015). Caso cedesse, Nicolás Maduro teria pouca margem para manter os programas sociais herdados de seu predecessor.

Antigo vice-presidente, Maduro era um ator importante dentro da cúpula do governo, tendo sido também ministro das Relações Exteriores e presidente da Assembleia Nacional. Maduro ganhou a primeira eleição em abril de 2013 por apenas 50,61% dos votos contra 49,12% conquistados por Henrique Capriles, seu adversário. A margem apertada de votos era um indício do acirramento da polarização e que, portanto, Maduro não teria vida fácil nos anos subsequentes. Para fins de comparação, na eleição de 2012, na qual Hugo Chávez ganhou antes de falecer, a margem obtida foi significativamente maior: Chávez havia conseguido 685 mil votos a mais que Maduro conseguiu em 2013, vencendo a eleição por uma diferença de 12% dos votos.

A oposição, encabeçada pelo candidato derrotado Henrique Capriles, não estava disposta a dialogar, questionou o resultado do pleito, apontando irregularidades sem apresentar provas, e convocou o povo para sair às ruas.³ Desde os primeiros anos do governo, opositores nacionais e internacionais exerceram forte pressão contra o presidente Maduro, tal faziam com Hugo Chávez: eram feitas constantes acusações de corrupção, houve protestos contra o Executivo por governar de maneira autoritária, o qual também era criticado por sua suposta incompetência em gerir o país etc. Uma primeira grande mudança que marca a diferença entre os governos de Chávez e Maduro foi o cenário internacional, que se tornou significativamente mais adverso para o chavismo com a piora dos indicadores econômicos, devido sobretudo à queda brusca dos preços das *commodities*.

A indignação da sociedade venezuelana com a degradação das condições socioeconômicas somada ao repúdio de uma grande parcela ao sistema político vigente fez eclodir, em 2014, uma série de protestos. Por volta de 800 mil pessoas mobilizaram-se nas ruas entre fevereiro e março de 2014 em 16 estados da Venezuela

³ <https://www.telesurtv.net/news/La-violencia-de-la-derecha-en-Venezuela-en-abril-de-2013-20160408-0050.html>

(UZCÁTEGUI, 2014). Ocorreram, ao todo, 9286 mobilizações sociais ao longo do ano de 2014, totalizando mais do que o dobro de protestos ocorridos no ano anterior (LÓPEZ MAYA e UZCÁTEGUI, 2016). Para fins de comparação, entre outubro de 2001 e setembro de 2002, período que compreende o frustrado golpe contra Hugo Chávez, foram contabilizados menos de 1300 mobilizações de rua (ACOSTA, 2007).

Sem embargo, o saldo dos protestos não foi positivo para a oposição formal responsável pela convocação e organização de parte dessas mobilizações, já que um de seus principais líderes, Leopoldo López, do partido *Vontade popular*, acabou preso. A coalizão dos partidos opositores, a *Mesa da Unidade Democrática* – MUD, é bastante heterogênea e reúne partidos de bases ideológicas distintas, que vão desde a extrema direita até mesmo à esquerda. A única bandeira capaz de unir todos esses grupos em torno de uma coalizão é o fato de se contraporem ao governo chavista. Essa diversidade manteve a MUD fragmentada, o que impediu a ascensão de um líder que pudesse arremessar os diversos grupos em torno de uma estratégia comum (UZCÁTEGUI, 2014).

É importante registrar que, a despeito das ameaças, Maduro ainda conseguiu mobilizar uma parcela de seus apoiadores para que saíssem as ruas em favor do governo nos momentos em que os conflitos se acirravam. Entretanto, o “escudo” popular era bastante débil, se comparado às “ameaças” que vinham das ruas (MACLOED, 2018). Esse saldo negativo para o governo da correlação de ameaças e escudos populares, aliado às estratégias de campanha da oposição no contexto das eleições legislativas, resultaram na maior derrota do chavismo desde que chegou ao poder em 1998: a perda da maioria no parlamento.

Em dezembro de 2015, a MUD conseguiu ocupar 2/3 dos assentos na Assembleia Nacional – AN, o que lhe dava a prerrogativa de, inclusive, reescrever a constituição. Segundo Sutherland (2016), a vitória foi conquistada após os partidos opositores mudarem a estratégia de campanha, evitando pautá-la em termos subjetivos, como a suposta “ameaça comunista” propiciada pelo “socialismo do século XXI”, e centrou-se mais nos debates de temas reais envolvendo a crise econômica. Além disso, as estratégias comunicativas da oposição pareciam mais alinhadas com as transformações tecnológicas recentes (FERNANDEZ, 2018, p. 190) e, dessa maneira, ela conseguiu se conectar mais facilmente com setores populares, sobretudo os mais jovens.

A partir de então, o presidente Maduro passava a ter contra si as ruas e o parlamento, ou seja, as duas ameaças que, segundo o modelo de Pérez-Liñán são vitais para queda presidencial. Entretanto, Maduro não caiu. Por que? O que sustentou o governo, mesmo em um cenário extremamente adverso?

O fortalecimento do escudo judiciário e o recrudescimento das ameaças populares

Após a derrota expressiva, Maduro rapidamente se articulou com a sua base aliada para reforçar o escudo judiciário, o que viria a ser fundamental para conter o ímpeto dos congressistas opositores eleitos, que afirmavam abertamente a intenção de removê-lo do cargo. A menos de duas semanas para a coalizão opositora assumir o controle da Assembleia Nacional, os deputados chavistas, que ainda eram maioria, aprovaram a nomeação de 13 novos juizes para o TSJ.

A partir de então, a Justiça passou a atuar mais do que como um “escudo” ao governo, mas também como “espada”, no sentido de que diversas decisões do Tribunal Superior prejudicaram os principais adversários do governo. Foram impugnadas candidaturas eleitas, impedindo a formação da supermaioria na nova legislatura;⁴ o Congresso foi condenado por desacato ao desobedecer a uma ordem dos juizes do TSJ, o que retirou da casa legislativa uma série de poderes;⁵ ademais, o TSJ declarou inconstitucional a Lei da Anistia aprovada no Congresso, que dava liberdade a presos políticos opositores, dentre eles Leopoldo López.⁶

O controle sobre o judiciário foi importante para mitigar as ações da oposição formal no parlamento, mas não arrefeceu a temperatura nas ruas. Devido à queda ainda mais brusca nos indicadores econômicos, à corrosão do sistema político e à inabilidade do governo em retirar o país da crise, explodiu, em 2017, o maior ciclo de protestos enfrentado pelo chavismo. Nas manifestações observou-se um alto grau de violência, tanto por parte dos manifestantes quanto das forças de segurança – ainda maior do que aquele observado em 2014.⁷

Algumas das manifestações foram convocadas por líderes dos partidos Vontade Popular, liderado por Leopoldo López, e Primeiro Justiça, cujo maior expoente era Henrique Capriles. O repertório violento e racista de alguns grupos que foram às ruas transmitiu uma mensagem negativa para uma parcela significativa da população. Na época, houve relatos de agressões e linchamentos a cidadãos chavistas e a outros que não eram apoiadores do governo, mas que eram lidos pelos manifestantes como

4 <https://www.telesurtv.net/news/Oposicion-no-acatara-sentencia-sobre-desacato-de-AN-venezolana-20160111-0057.html>

5 <https://revistaforum.com.br/noticias/supremo-da-venezuela-assume-funcoes-da-assembleia-nacional-enquanto-legislativo-estiver-em-desacato/>

6 <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/04/supremo-da-venezuela-declara-lei-de-anistia-inconstitucional.html>

7 <https://www.hrw.org/pt/world-report/2018/country-chapters/313461>

tendo “traços fenotípicos de chavistas”. Mais ainda, foram noticiadas situações em que apoiadores dos partidos Vontade Popular e Primeiro Justiça invadiram pequenas propriedades onde supostamente viviam eleitores de Maduro (SUTHRELAND, 2018).

Tais atitudes restringiam a capacidade da direita radical de criar uma identificação com grande parte do eleitorado que ocupa a base da pirâmide social, especialmente entre aqueles cujas posições ideológicas estavam localizadas à esquerda no espectro político. Por conseguinte, mesmo estando insatisfeitos com a situação concreta de suas vidas e com o governo, muitos desses eleitores não concebiam o voto nos dois partidos acima citados como uma alternativa viável para atingir seus propósitos.

Uma das estratégias que o Executivo adotou para conter a efervescência das ruas e para dirimir a ameaça legislativa foi a de lançar uma Assembleia Constituinte – AC. A iniciativa gerou revolta entre os membros da MUD, pois estes defendiam que o povo venezuelano deveria ser consultado previamente para saber se desejavam ou não uma nova constituição, além terem feito críticas na maneira como definida a composição da AC.

Sob a justificativa de que as eleições dos membros da Constituinte não eram legítimas nem legais, a MUD decidiu não lançar nenhum candidato, o que resultou na formação de uma Assembleia em que todos os 545 legisladores eram ligados ao movimento bolivariano. A partir do início do seu funcionamento, a presidenta da AC, Delcy Rodríguez, anunciou que seriam retiradas do Parlamento as atribuições de legislar acerca de temas de ordem interna, de segurança nacional, direitos humanos, sistema socioeconômico e finanças, o que não impedia a Assembleia Nacional de legislar sobre outros temas.

Apesar do boicote à AC, a oposição ainda teria pela frente a oportunidade de conquistar apoio popular por meio do voto nas eleições para governadores, em outubro de 2017; para prefeitos, em dezembro de 2017; e para presidente, em abril de 2018. Em todas elas, contudo, o PSUV, partido governista, obteve vitórias expressivas, o que nos leva à seguinte questão: como o governo conseguiu dar essa reviravolta após a derrota massiva no pleito para o legislativo em 2015?

Uma série de motivos podem ser destacados, dentre eles a falta de identificação de setores populares com os principais partidos opositores, sobretudo após o ciclo de protestos de 2017. Além disso, a “espada” judiciária continuou sendo utilizada no sentido de atacar adversários. Após a eleição para governador, por exemplo, Juan Pablo Guanipa, eleito no estado de Zulia, se recusou a atender a ordem de comparecer à Assembleia Constituinte para ser juramentado, sendo, por conseguinte, impedido

de assumir o governo.⁸ Nas eleições presidenciais o Conselho Nacional Eleitoral – CNE não registrou os partidos políticos que desistiram de participar das eleições municipais, dentre eles os três partidos opositores mais atuantes contra o governo: o Ação Democrática, o Primeiro Justiça e o Vontade Popular.⁹

Contudo, as iniciativas que parecem ter pesado mais em favor do governo foram tomadas no âmbito da economia. Maduro anunciou quatro medidas de grande impacto na vida da população, sobretudo na dos estratos mais pobres, que deram algum alívio à pressão popular: utilizou a máquina eleitoral do PSUV para distribuir produtos básicos a eleitores de redutos que tradicionalmente apoiam o chavismo; emitiu moedas através do Banco Central da Venezuela, aumentando a liquidez da economia; postergou os ajustes macroeconômicos, que poderiam afetar negativamente alguns setores da economia e manteve os subsídios de 99,99% ao preço da gasolina, transporte, água, dentre outros bens e serviços, cujo acesso era quase gratuito naquele momento (SUTHERLAND, 2018).

Tais políticas são extremamente efetivas, sobretudo em regiões onde o Estado é a única fonte de emprego e renda devido à carência de empresas privadas. Portanto, de acordo com Sutherland (2018), “sem a necessidade de extorquir ou chantagear a população mais empobrecida, a expansão do gasto público de maneira clientelista funciona como um igualador social muito eficaz”. Com isso, Maduro conseguiu se reeleger para mais um mandato, o que, todavia, não iria amenizar os conflitos que permaneceram intensos.

Portanto, é preciso compreender que o Executivo, ao se deparar com o agravamento das ameaças populares e com a perda do escudo legislativo, tomou uma série de atitudes que foram cruciais para evitar a queda: ampliou o apoio dentro do Judiciário; lançou uma Assembleia Constituinte, que retirou funções essenciais do Parlamento; e adotou estratégias clientelistas que amenizavam as condições precárias de vida dos segmentos mais pobres da população. Os partidos opositores, por seu turno, embora tivessem obtido uma vitória expressiva nas eleições parlamentares, encontravam grandes dificuldades para formular um discurso coeso e trazer para o seu lado a maioria dos eleitores que ocupavam a base da pirâmide social.

Nesse xadrez político, contudo, falta ainda analisar uma peça fundamental: as Forças Armadas. O escudo militar se tornou cada vez mais um elemento vital para conter as tentativas de remover o governo Maduro, sobretudo a partir de meados de 2017.

8 <https://www.brasildefato.com.br/2017/10/31/apos-duas-derrotas-oposicao-venezuelana-decide-nao-participar-de-eleicoes-municipais/>

9 <https://www.telesurtv.net/news/venezuela-cne-registro-organizaciones-politicas-20180201-0055.html>

As Forças Armadas: um escudo resistente às tentativas de remoção presidencial

Segundo Harnecker (2003), para compreendermos o apoio dos militares na Venezuela a um governo que se autointitula socialista, é preciso analisar as particularidades do caso venezuelano frente aos demais países latino-americanos. Primeiramente, (1) existe, entre os militares, uma forte influência do pensamento anticolonial de Simón Bolívar no que tange à defesa nacional e, com isso, a inclinação à integração latino-americana é bastante acentuada entre eles. Em segundo lugar, (2) a geração de Chávez – que fora um militar, tendo alcançado a patente de tenente-coronel – não foi treinada nos EUA e sim na Academia Militar venezuelana, o que os tornou menos susceptíveis à influência do pensamento neoimperialista exportado pelas instituições estadunidenses. Aliado a isso, (3) existiram poucas guerrilhas devido ao fato de o país não ter vivido uma ditadura militar e, portanto, a ideologia anticomunista não atingiu as mesmas proporções que nos países vizinhos. Por fim, outro fator importante foi que (4) muitos desses oficiais tiveram incentivos para cursar ensino superior, bem como para estudar a história do país e as ciências sociais. Tais fatores são alguns dos responsáveis por uma formação humanística diferenciada dos militares venezuelanos em relação aos militares de outros países latino-americanos e o fato de apoiarem um governo dito socialista está ligado, em grande medida, às dinâmicas acima assinaladas (HARNECKER, 2003).

Além disso, algumas iniciativas tomadas por Chávez, que foram seguidas ou aprofundadas por Maduro, ajudaram a construir um escudo militar bastante resistente. Após a tentativa de golpe de 2002, Chávez promoveu uma série de expurgos e de estratégias e de reformas na hierarquia das instituições militares, que propiciaram a promoção de aliados e a expulsão de adversários que pudessem desestabilizar o governo.¹⁰ Além disso, foram feitos investimentos que resultaram no incremento do poderio militar e na melhoria das condições de vida de oficiais de todas as patentes, com a elevação dos salários e dos benefícios (KRUIJT, 2020, p. 90).

A militarização da sociedade venezuelana é um processo que vem paulatinamente se aprofundando ao longo do chavismo. As Forças Armadas atualmente dirigem diversos elementos do cotidiano: a distribuição dos alimentos e dos remédios às farmácias; controlam a circulação, os metrô, além de empresas do complexo industrial denominado Zona Econômica Militar Socialista, por onde circula um enorme fluxo de dinheiro público. Na esfera da coalizão governista, quase metade dos ministérios é coordenada por militares. Francine Jácome (2017, p.46) observa

¹⁰ <https://www.nexojournal.com.br/entrevista/2019/01/22/por-que-os-militares-venezuelanos-respaldam-Maduro>

que o Ministério do Poder Popular para a Defesa, responsável pela coordenação das instituições militares e chefiado pelo general Vladimir Padrino López vai reunindo, no decorrer do governo Maduro, cada vez mais poder dentro do Executivo, se convertendo na ordem máxima do país, atrás apenas do presidente.

A militarização do governo protege a presidência em momentos chave, nos quais ocorreram investidas de grupos opositores com o intuito de derrubar o mandatário. Um dos primeiros eventos dessa natureza ocorreu no dia 6 de agosto de 2017, quando um grupo de rebeldes do estado de Carabobo formado por militares e civis vestidos com uniforme das Forças Armadas, comandados pelo militar reformado Juan Caguaripano, promoveu um levante contra o presidente Maduro em um quartel na cidade de Valência, mas acabaram rendidos por outros membros das Forças Armadas e a alta cúpula reforçou a lealdade ao governo.¹¹

Um segundo evento no qual os militares sustentaram o apoio ao governo ocorreu no dia 4 de agosto de 2018. Em meio a um discurso, Maduro foi vítima de uma tentativa de homicídio mediante a explosão de um drone. A ação do serviço de inteligência e da Guarda Nacional Bolivariana, instituição que pertence à Fuerza Armada Nacional Bolivariana – FANB, foi fundamental para antever o crime e explodir o drone antes que se aproximasse do presidente.¹²

O fracasso do atentado não foi suficiente para conter o ímpeto de setores da oposição em retirar o presidente do poder. No início de 2019, por não reconhecer a reeleição de Maduro e defender que, portanto, a cadeira presidencial estava vazia, o então presidente da Assembleia Nacional, Juan Guaidó, proclamou-se presidente da Venezuela no dia 23 de janeiro de 2019. Essa ação era parte de uma estratégia que vinha se desenhando desde o início da nova legislatura em 2016. Ao longo desse período de três anos, o Congresso tentou criar uma Suprema Corte paralela,¹³ os parlamentares boicotaram a votação para a Assembleia Constituinte, contribuindo para a desmoralização das instituições políticas; e colocaram em discussão uma Lei da Anistia, tentando atrair os militares insatisfeitos com o governo para o lado dos opositores.¹⁴

Conscientes de que a conquista do apoio dos militares era fundamental para derrubar o presidente, os grupos opositores, no dia 21 de janeiro de 2019, promoveram mais um levante militar. Dessa vez, a revolta contra o governo aconteceu em uma unidade da Guarda Nacional, onde um grupo liderado pelo sargento José Gregorio

11 <https://www.cartacapital.com.br/mundo/governo-reprime-levante-militar-na-venezuela/>

12 <https://edition.cnn.com/2019/03/14/americas/venezuela-drone-maduro-intl/index.html>

13 <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/07/1903147-oposicao-venezuelana-nomeia-tribunal-paralelo-em-ofensiva-contra-maduro.shtml>

14 https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/27/internacional/1548621248_688539.html

Brandes atacou a guarnição militar de Cotiza, um bairro de Caracas. O sargento falou à imprensa que o levante tinha como objetivo fazer com que a Constituição fosse respeitada pelo governo e convocou o povo a se manifestar. Logo em seguida, foi organizado um protesto próximo à guarnição atacada, mas os manifestantes foram rapidamente dispersados pela Polícia Bolivariana.¹⁵

Guaidó utilizou a fala de Brandes para tentar convencer os venezuelanos de que a revolta era sintoma de um “sentimento generalizado dentro das Forças Armadas”. Contudo, é importante salientar que a Guarda Nacional é o braço mais fraco dentro das Forças Armadas e que o movimento dissidente ficou restrito apenas àquela unidade militar. Além disso, a FANB emitiu um comunicado oficial no qual chamavam os revoltosos de “delinquentes” e prometiam um “castigo exemplar” para os envolvidos.¹⁶

Mesmo diante das tentativas frustradas, a oposição não desistiu da estratégia de angariar apoio entre os militares. No dia 30 de abril de 2019, ocorreu a Operação Liberdade, na qual Juan Guaidó promoveu a investida mais ousada contra o governo Maduro. O autoproclamado presidente foi à base militar de La Carlota, no centro de Caracas, acompanhado de uma dezena de militares rebeldes e do líder opositor Leopoldo López, que até então estava em prisão domiciliar mas foi libertado pelo chefe do Serviço Bolivariano de Inteligência, Christopher Figueira. No mesmo vídeo, Guaidó conclamava as Forças Armadas a rebelar-se contra Maduro e a população a se mobilizar nas ruas, entretanto, novamente, a investida foi frustrada pelo alto comando das FANB, que reforçou o apoio ao governo em uma transmissão simbólica na TV ao lado de Maduro.¹⁷

O fracasso do golpe acirrou ainda mais os ânimos e diversas mobilizações populares aconteceram em todo país, levando à prisão de 25 manifestantes.¹⁸ No âmbito jurídico, o Serviço Bolivariano de Inteligência Nacional – SEBIN e o TSJ endureceram a ofensiva que já vinham praticando contra a oposição, retirando a imunidade parlamentar de membros de partidos opositores e decretando a detenção

15 <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/01/21/na-venezuela-militares-iniciam-revolta-contramaduro-e-sao-presos.ghtml>

16 https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/21/internacional/1548085657_760562.html

17 <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2019/04/30/A-cartada-mais-ousada-de-Guaid%C3%B3-contram Maduro-na-Venezuela>

18 https://www.washingtonpost.com/world/the_americas/venezuelan-opposition-leader-juan-guaido-appears-to-stage-military-backed-challenge-to-president-maduro/2019/04/30/c7028eee-6b35-11e9-8f44-e8d8bb1df986_story.html

dos mesmos.¹⁹ O TSJ anulou também todos os atos aprovados pelo Parlamento desde a posse do segundo mandato.²⁰

Com isso, podemos notar que além do escudo judiciário, o escudo militar foi fundamental para contrabalançar as ameaças das ruas e do Legislativo. É importante frisar que essa rede de proteção foi conseguida por meio de iniciativas do próprio Executivo no sentido de interferir no funcionamento das instituições de justiça e das militares, com o fim de ampliar o número de apoiadores e reduzir a pressão de adversários.

Confirmamos, desse modo, a hipótese de que a análise bidimensional proposta por Pérez-Liñán é insuficiente para explicar o caso do governo de Nicolás Maduro. Se apenas analisássemos as duas variáveis elencadas pelo autor como centrais – o legislativo e os protestos – incorreríamos no erro de achar que Maduro cairia entre 2016 e 2017, já que a MUD havia conquistado a maioria no Congresso e a ameaça popular alcançou o auge no ciclo de protestos de 2017. Se não adicionarmos duas peças fundamentais para esse xadrez político – as instituições de justiça e os militares –, não é possível compreender os motivos que fazem Maduro continuar no poder, a despeito de todas as adversidades.

Considerações finais

A hipótese que guiou a nossa pesquisa é a de que o modelo de análise de instabilidade presidencial proposto por Pérez-Liñán (2014) não é suficiente para explicar a permanência de Nicolás Maduro na presidência da Venezuela. De acordo com o autor, para prever a queda ou não de um mandatário, ante um cenário de crise, seria preciso observar dois vetores: os protestos de rua e o legislativo. Em um contexto de fortes ameaças provenientes dessas duas fontes, a tendência seria a queda do mandatário.

Nossa pesquisa confirma a hipótese sobre os limites da análise de Pérez-Liñán. A partir de 2016, Maduro vinha sofrendo forte ameaça por parte do Congresso, ocupado em sua maioria por opositores, e, em 2017, ocorreu a maior onda de contestação popular ao governo, sem que isso resultasse na destituição do presidente. Portanto, uma análise bidimensional focada nas variáveis Congresso e protestos de rua nos levaria a crer que o governo Maduro cairia naquele momento.

19 <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2019/05/09/A-nova-ofensiva-de-Maduro-contr-opositores-na-Venezuela>

20 <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/01/21/na-venezuela-militares-iniciam-revolta-contramaduro-e-sao-presos.ghtml>

Argumentamos, porém, que, apesar das ameaças popular e legislativa, as variáveis que sustentam o governo diante do agravamento dos conflitos políticos são, principalmente, as instituições de justiça e as forças armadas. Como vimos, o Judiciário vem funcionando não apenas como um “escudo” de proteção, mas também como uma “espada” usada para atacar adversários. Esse apoio foi sendo construído desde os primeiros anos do governo Chávez, por meio de reformas que possibilitaram ampliar o número de apoiadores ao movimento bolivariano nas instituições de justiça, e foi intensificado por Maduro, sobretudo no momento em que viu esfalecer o escudo legislativo.

A FANB também sofreu reformas expressivas que possibilitaram a expulsão de adversários e a ascensão de aliados, bem como flexibilizou a hierarquia das instituições em favor do governo. Além disso, houve significativa elevação no padrão de vida dos militares, que favoreceu a aliança com o governo, mesmo diante do avanço da crise econômica. Tais medidas renderam um escudo militar resistente às investidas para derrubar Maduro.

Por outro lado, a MUD se mostrou incapaz de produzir um discurso coeso, capaz de unificar as demandas dos diferentes grupos que formavam a coalizão em torno do objetivo comum de remover Maduro do poder. Além disso, esses grupos não lograram conquistar a confiança dos setores marginalizados da população, em especial daqueles alinhados mais à esquerda, cujas condições de vida haviam melhorado ao longo dos anos 2000.

Sem compreender o papel dos escudos judiciário e militar e as iniciativas que o Executivo tomou para mantê-los e fortalecê-los, bem como a incapacidade da oposição formal em angariar apoio da parcela mais pobre da sociedade venezuelana, não podemos compreender por que o governo Maduro sobrevive, em meio a um cenário de fortes ameaças popular e legislativa, impulsionadas por uma intensa crise socioeconômica.

Referências Bibliográficas

CAMPELLO, D. *The Politics of Market Discipline in Latin America: globalization and democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015

FERNÁNDEZ, C. B. *Medios rojos y espectadores azules: cuando las audiencias deciden emigrar. Selectividad ideológica de las audiencias ante la estatización de la información en Venezuela*. *Contratexto*, v. 29, p. 181-198, 2018. Disponível em: <https://revistas.ulima.edu.pe/index.php/contratexto/article/view/1822>. Acesso em: 13 ago. 2019.

FRANZENE JR., R. *Multicausality, context-conditionality and endogeneity*. IN: BOIX, C.; STOKES, S. (org.) *The Oxford Handbook of Comparative Politics*, Oxford: Oxford University Press, 2007.

HARNECKER, M. *Venezuela. Militares junto al pueblo*. Madrid, El Viejo Topo, 2003.

JÁCOME, F. *Venezuela: ¿um nuevo tipo de régimen militar?* Foreign Affairs Latinoamérica, volume: 17, número 4, outubro-dezembro 2017.

KRUITJ, D. *Venezuela's defence diplomacy under Chávez and Maduro (1999-2018)*. IN: Defence Diplomacy and National Security Strategy: views from the Gobar South, 2020.

LOPÉZ MAYA, M.; UZCÁTEGUI, R. *Venezuela: conflictividad social, protesta e institucionalización democrática*, 2016. Disponível em https://www.academia.edu/27961809/VENEZUELA_CONFLICTIVIDAD_SOCIAL_PROTESTA_E_INSTITUCIONALIZACION_DEMOCRATICA. Acesso em 03 de setembro de 2020

MACLEOD, A. *Bad News from Venezuela: Twenty Years of Fake News and Misreporting*, New York, NY: Routledge, 2018a.

PÉREZ-LIÑÁN, A. *A Two Level Theory of Presidential Instability*. Latin American Politics and Society, v. 56, n. 1, p. 34-54, 2014.

SACHS, J.; WEISBROT, M. *Economic Sanctions as Collective Punishment: the case of Venezuela*. Center for Economic and Policy Research. Washington, DC: 2019: 1-25. Disponível em <http://cepr.net/publications/reports/economic-sanctions-as-collective-punishment-the-case-of-venezuela>. Acessado em: 09 de janeiro de 2020

SCHEIDT, E. *A democracia participativa na Venezuela da Era Chávez e a questão dos Conselhos Comunitários e das comunas*. 2017 Disponível em: <http://saber.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/15344/11377>

SUTHERLAND, M. *A derrota eleitoral do chavismo*. 2016. Disponível em: <http://uece.br/nacionalidades/index.php/noticias/43579-artigo-qa-derrota-eleitoral-do-chavismoq-de-manuel-sutherland>. Acesso em: 09 de maio de 2020.

_____. *Venezuela: ¿Por qué volvió a ganhar el chavismo?*, 2018. Disponível em: <https://www.aporrea.org/actualidad/a254205.html> Acesso em: 10 de maio de 2020.

UZCÁTEGUI, R. *Movilizaciones estudiantiles en Venezuela: del carisma de Chávez al conflicto en redes*. IN: revista Nueva Sociedad No 251, maio-junho de 2014, ISSN: 0251-3552.